



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### REQUERIMENTO Nº, \_\_\_\_\_, DE 2021

(Da Sra. ERIKA KOKAY e outros)

Requer seja convidado por esta Comissão o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para discutir em audiência pública as declarações do mesmo sobre pedido de propina feito ao órgão no fim de 2020 por lideranças políticas e as conspirações internas para retirá-lo do cargo, além de pressões políticas para a pasta oficializar medicamentos sem evidência científica contra o coronavírus.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos do art. 255, do Regimento Interno, seja encaminhado convite desta Comissão ao ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para discutir em audiência pública as declarações do mesmo sobre pedido de propina feito ao órgão no fim de 2020 por lideranças políticas e as conspirações internas para retirá-lo do cargo, além de pressões políticas para a pasta oficializar medicamentos sem evidência científica contra o coronavírus.

### JUSTIFICAÇÃO

Durante discurso feito ao lado do novo ministro da Saúde, o cardiologista Marcelo Queiroga, o ex-gestor da pasta, general Eduardo Pazuello, insinuou que “lideranças políticas” pediram propina ao órgão no fim de 2020. Pazuello também declarou ao colega a existência de um movimento conspiratório interno para defenestrá-lo do cargo, além de ter sofrido pressão para oficializar medicamentos sem a devida comprovação científica e eficácia para o tratamento do coronavírus. Conforme noticiou o jornal Correio Braziliense<sup>1</sup>, as declarações do ex-ministro constam em um vídeo, gravado por assessores no

1 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4913926-ao-sair-de-ministerio-pazuello-insinua-oferta-de-propina.html>



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

momento em que o militar entregava o cargo para Queiroga num evento vetado à imprensa.

Quanto às pressões que teria sofrido para oficializar medicamento com comprovada eficácia contra a covid-19, o ex-chefe do Ministério da Saúde não especificou qual seria o remédio em questão. Contudo, não é difícil imaginar a qual medicamento ele se referia, considerando que ainda na gestão de Nelson Teich o órgão produziu e divulgou amplamente protocolo para uso de cloroquina em pacientes leves acometidos pelo vírus. Teich, como se sabe, condicionou a assinatura do documento à existência de estudos da comunidade científica nacional.

Pouco antes de pedir demissão, Teich alertou nas redes sociais que “a cloroquina é um medicamento com efeitos colaterais. Então, qualquer prescrição deve ser feita com base em avaliação médica. O paciente deve entender os riscos e assinar o Termo de Consentimento, antes de iniciar o uso da cloroquina.

Pazuello afirma no referido vídeo gravado por assessores que ficou surpreso com a renúncia de Nelson Teich, que ficou apenas 30 dias no cargo. Ao chegar ao ministério, relatou que foi procurado por “lideranças políticas com uma relação para ser atendida” para liberação de recursos públicos e que teria recusado. “Começou a crise com a liderança política que mandou relação para gente atender e nós não atendemos. Aí chegou no final do ano uma carreata de gente pedindo dinheiro politicamente. Todos queriam o ‘pixuleco’. Fui jurado de morte.

No que tange aos medicamentos sem evidência científica, Pazuello disse que a pressão partiu de um grupo interno. “Esse grupo tentou empurrar uma pseudo nota técnica que nos colocaria em extrema vulnerabilidade. Querendo dizer que aquele medicamento, ‘A’, ‘B’ ou ‘C’, a partir dali, estava com os critérios técnicos do ministério, e não tinham”, disse.

Considerando a gravidade das declarações dadas pelo ex-ministro da Saúde, as quais sugerem o possível cometimento de crimes contra a administração pública, bem como o envolvimento de parlamentares em supostos atos ilícitos, entre eles, o de favorecimento pessoal, clientelismo e corrupção, entendemos que o parlamento brasileiro não pode se furtar de cumprir uma das missões para o qual foi eleito, que é justamente a fiscalização dos atos dos membros do Poder Executivo.

Face ao exposto, apresentamos o presente requerimento, para o qual contamos com o apoio dos nobres pares.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Sala da Comissão, em 25 de março de 2021.

Dep. ERIKA KOKAY – PT/DF

Dep. ROGÉRIO CORREIA – PT/MG

Dep. VICENTINHO – PT/MG

Dep. LEONARDO MONTEIRO - PT/MG

Dep. ZÉ CARLOS - PT/MA

Dep. CARLOS VERAS - PT/PE

Dep. MARCON - PT/RS

Apresentação: 26/03/2021 12:53 - CTASP

**REQ n.14/2021**

Documento eletrônico assinado por Erika Kokay (PT/DF), através do ponto SDR\_56407, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





## **Requerimento**

### **(Da Sra. Erika Kokay)**

Requer seja convidado por esta Comissão o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para discutir em audiência pública as declarações do mesmo sobre pedido de propina feito ao órgão no fim de 2020 por lideranças políticas e as conspirações internas para retirá-lo do cargo, além de pressões políticas para a pasta oficializar medicamentos sem evidência científica contra o coronavírus.

Assinaram eletronicamente o documento CD214506727800, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 2 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 3 Dep. Marcon (PT/RS)
- 4 Dep. Vicentinho (PT/SP)
- 5 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG)
- 6 Dep. Zé Carlos (PT/MA)